

BORGES & LOPES
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER JURÍDICO

Processo nº 12497/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 053/2026

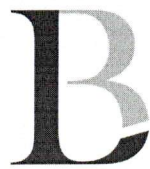
Objeto: Contratação da empresa SENTIMENTO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA para apresentação de show musical com a dupla "FELIPES & RODRIGO", a ser realizado no evento "18º Festival do Pequi" no Município de Crixás-GO.

Assunto: Parecer prévio sobre a Legalidade da Contratação.

Vem ao exame desta Assessoria o presente processo administrativo, que trata de contratação direta, por Inexigibilidade, da **empresa SENTIMENTO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA para apresentação de show musical com a dupla "FELIPES & RODRIGO", a ser realizado no evento "18º Festival do Pequi" no Município de Crixás-GO**, conforme destacado pela Agente de Contratação sendo encaminhado para elaboração de parecer jurídico (art. 53 da Lei n. 14.133/21), acerca da possibilidade de se proceder à referida contratação.

Examinando o referido processo percebe-se que o mesmo está instruído com os documentos e procedimentos que seguem: Solicitação; Termo de Referência; Carta de Exclusividade; Documentos da empresa; Comprovação de preço; Proposta; Declaração de Saldo Orçamentário e de compatibilidade com o PPA, LDO e LOA; Despacho da autoridade competente determinando a abertura do procedimento administrativo; Cópia do Decreto que nomeia a Agente de Contratação; Ato da Agente de Contratação opinando pela Inexigibilidade da referida contratação.

Preliminarmente deve-se destacar que a contratação direta pretendida, na hipótese de inexigibilidade de licitação, é perfeitamente



possível, vez que, encontra fundamento factual e legal, como articulado a seguir.

A Constituição da República impõe ao Poder Público o dever de observar o princípio instrumental da licitação, cujo escopo principal é propiciar a contratação mais vantajosa à Administração. É o que se observa:

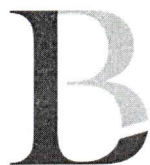
Art. 37(...)

XXI- ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Grifou-se)

Como se nota, ao instituir o Princípio constitucional da Licitação, o legislador constituinte também já previu as hipóteses de exceção, são as denominadas contratações diretas, situações onde as licitações são tidas por inexigíveis, dispensadas ou dispensáveis. Entretanto, como a boa técnica hermenêutica nos impõem, a regra constitucional deve ser observado de forma mais extensível possível, ao passo que as exceções devem ser interpretadas de forma restritiva.

No caso em apreço, a contratação tem arrimo no estabelecido no art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21, *in verbis*:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:



(...)

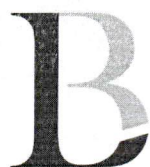
II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

A inviabilidade de competição que alicerça a inexigibilidade de licitação para o setor artístico repousa sobre uma dupla condicionante legal, explicitada no artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21. Exige-se, de forma concomitante, a consagração do profissional pela crítica especializada ou pela opinião pública, associada à formalização do vínculo diretamente ou por intermédio de empresário exclusivo.

No caso sob apreço, o preenchimento do requisito material atinente à consagração da dupla "FELIPES & RODRIGO" restou sobejamente demonstrado pela secretaria demandante.

O notório reconhecimento nacional do grupo artístico confere-lhe a singularidade necessária para o atendimento do interesse público subjacente às "18ª Festival do Pequii". Trata-se de festividade de acentuado valor histórico e identitário para a municipalidade, cuja atratividade e aderência junto ao público justificam a escolha discricionária do artista baseado no apelo e na consagração popular, legitimando o preenchimento da exigência legal.

Sob o aspecto da representação jurídica (requisito formal), os autos processuais evidenciam que a empresa SENTIMENTO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA figura como detentora exclusiva dos direitos artísticos e empresária permanente dos referidos profissionais, conforme documento acostado. Cumpre sublinhar que tal condição afasta por completo a figura do mero intermediário esporádico ou do "empresário de balcão" — prática



BORGES & LOPES
ADVOGADOS ASSOCIADOS

peremptoriamente rechaçada pela jurisprudência dos Tribunais de Contas, caracterizando a legítima representação comercial exigida pelo ordenamento para fins de contratação direta.

Portanto, demonstrada a singularidade do objeto e a exclusividade de sua representação, resta caracterizada a impossibilidade jurídica de estabelecer um procedimento concorrencial para alcançar o resultado pretendido pela Administração.

A regularidade das contratações diretas impõe o dever de demonstrar que o preço ajustado reflete a realidade de mercado, coibindo o superfaturamento e homenageando o princípio da economicidade, nos termos do artigo 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21. Para cumprir esse múnus fiscalizatório, foram colacionados aos autos documentos fiscais pretéritos emitidos pela própria empresa contratada em exhibições congêneres perante outras esferas da Administração Pública.

O confronto analítico de tais notas fiscais permite aferir que o valor global de R\$ 293.000,00 (duzentos e noventa e três mil reais) guarda estrita equivalência com o histórico comercial habitualmente praticado pelo artista. Resta, pois, formalmente validado o preço por meio de uma amostragem de mercado fidedigna, comprovando que a municipalidade não sofrerá prejuízo financeiro e que as condições propostas se coadunam com a praxe comercial da banda.

Além disso, constam nos autos documentos que comprova a regularidade tributária, previdenciária e social da empresa.

Isto posto, verifica-se que todos os requisitos essenciais foram devidamente comprovados e documentados, notadamente:



BORGES & LOPES
ADVOGADOS ASSOCIADOS

- I. A inviabilidade de competição em face da natureza singular dos serviços.
- II. A consagração dos artistas em âmbito nacional
- III. A compatibilidade do preço com os praticados em mercado.
- IV. A correta instrução do feito.

Diante do exposto e da análise dos autos, conclui-se que a contratação de **SENTIMENTO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, inscrito no CNPJ/MF nº 34.164.532/0001-86, **Inexigibilidade nº 053/2026**, com base no Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, está em conformidade com a legislação vigente.

Assim, recomenda-se o prosseguimento do feito para a ratificação da inexigibilidade pela autoridade competente e a consequente assinatura do contrato.

É o parecer.

Crixás - GO, 19 de agosto de 2026.



ADEMAR LOPES DE OLIVEIRA JÚNIOR
Assessor Jurídico
OAB/GO nº 41.993